



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /CPFAEO-2025.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte cinco, as nove horas da manhã, está sendo realizada a audiência pública DA COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CPFAEO/2025, na Câmara Municipal de Porto Velho, situada na rua Belém, nº 139, no Bairro Embratel, nesta cidade de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para a Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais e Metas relativas ao 2º Quadrimestre exercício 2025. Estão presentes o Vereador Adriano Gomes, Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Marcos Combate, Vereador Nilton Souza, Vereadora Ellis Regina, o Sr. Luiz Henrique Gonçalves, o Sr. Sérgio Luiz Pacífico, Thiago Pinheiro, Rita Ferreira Lima, Zaira Nucini, Nadya Karolina de Melo, Emily Vitoria Silva, Edrei Riça. O Vereador Adriano Gomes, Presidente da Comissão de Finanças, declarou início à Audiência Pública e passa a palavra para a Vereadora Ellis Regina. A Vereadora Ellis Regina faz a leitura da ordem do dia. Na sequência, o secretário municipal Luiz Henrique apresentou o relatório de metas fiscais, informando que a receita total realizada até agosto de 2025 foi de R\$ 1.854.000.000,00 (um bilhão, oitocentos e cinquenta e quatro milhões), equivalente a 64,84% da previsão orçamentária anual, enquanto as despesas liquidadas somaram R\$ 1.619.000.000,00 (um bilhão, seiscentos e dezenove milhões), correspondendo a 59,41% do previsto. Destacou-se que as receitas correntes totalizaram R\$ 1.721.000.000,00 (um bilhão, setecentos e vinte e um milhões), e as despesas correntes R\$ 1.491.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e noventa e um milhões). As receitas de capital somaram aproximadamente R\$ 41.000.000,00 (quarenta e um milhões). O secretário afirmou que a execução orçamentária se encontra em equilíbrio e que as despesas com pessoal atingiram 47,62% da Receita Corrente Líquida (RCL), abaixo dos limites da LRF. Na



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

educação, o percentual aplicado até agosto foi 23,30%, e na saúde, 23,21%, acima do mínimo constitucional de 15%. O relatório apresentado também detalhou a evolução das receitas próprias, transferências constitucionais e sua comparação com as despesas executadas. O secretário colocou-se à disposição para esclarecimentos. Em sua fala, o vereador Adriano Gomes demonstrou preocupação com a queda de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões) na arrecadação, em comparação com 2024, questionando os motivos dessa perda. O secretário Sérgio Pacífico respondeu que a redução já era prevista e decorre principalmente da revisão populacional do IBGE (Censo 2022), que impactou negativamente o índice de participação de Porto Velho no FPM, resultando numa perda estimada de R\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões) até o fim do exercício. A vereadora Ellis Regina questionou o impacto da queda de arrecadação sobre a folha de pagamento dos servidores públicos, e o secretário Pacífico assegurou que não há risco de atrasos, destacando a responsabilidade fiscal da gestão e medidas de contenção de despesas. A vereadora também indagou sobre possíveis novas perdas de receita até dezembro, sendo informada que os repasses são monitorados rigorosamente e que, embora haja previsão de crescimento nominal do FPM, o índice de participação menor impacta os valores recebidos. O secretário reforçou que medidas preventivas serão adotadas se necessário. O vereador Adriano Gomes apontou ainda uma perda adicional de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões) no ICMS, complementada pelo secretário Pacífico, que explicou os efeitos da Emenda Constitucional nº 108, que criou um novo fundo educacional a partir do ICMS. A nova forma de distribuição retirou peso de critérios como VAF, área e população — em que Porto Velho era beneficiado — e transferiu para critérios de qualidade educacional, o que resultou em perdas adicionais. O secretário Luiz Henrique reforçou que a distribuição do novo fundo educacional não considera o número de alunos da rede municipal como critério direto, gerando distorções que penalizam cidades com maior número de estudantes. Informou que há discussões no Senado para revisão da metodologia. A vereadora Ellis Regina questionou a evolução dos gastos com



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

pessoal e foi informada de que há sim um aumento esperado no final do ano devido ao 13º (décimo terceiro) salário e férias, mas que a gestão está atenta para que o percentual não ultrapasse o limite prudencial de 51,3% da RCL. A vereadora fez apelo por gratificações aos auxiliares de saúde e técnicos em odontologia, criticou a mesa de equilíbrio fiscal, e alertou para possível paralisação de serviços como o Plantão Corujão, caso não haja avanço nos projetos de valorização. O vereador Adriano Gomes reforçou a fala, pedindo maior transparência na aplicação dos recursos em saúde, e ressaltando que, mesmo com R\$ 225.000.000,00 (duzentos e vinte e cinco milhões) investidos, ainda há deficiências no atendimento à população. O vereador Marcos Combate criticou o relatório apresentado, classificando-o como superficial, sem detalhamento suficiente sobre os R\$ 595.000.000,00 (quinhentos e noventa e cinco milhões) arrecadados. Apontou a ausência de informações sobre gastos com pessoal, subsídio do transporte público, e solicitou detalhamento do impacto financeiro do mesmo. Apresentou ainda três perguntas formais sobre fontes de receita, crescimento de despesas obrigatórias e destinação de contribuições arrecadadas. Em resposta, o secretário Pacífico reafirmou que FPM, ICMS, SUS, FUNDEB e receitas próprias seguem como principais fontes, e que a queda de arrecadação tem sido enfrentada com medidas de ajuste. Informou que contribuições como IPAM e COSIP têm destinações específicas previstas em lei. Sobre o subsídio ao transporte, foi esclarecido que a despesa ultrapassou R\$ 8.000.000,00 (oito milhões) e os recursos foram remanejados por decreto, com acompanhamento da equipe de planejamento. O vereador Adriano destacou que, diante da queda de arrecadação, o município tem utilizado mais de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões) do superávit de gestões anteriores, e questionou sobre projeções futuras. O secretário respondeu que a SEMEC trabalha para aumentar a arrecadação própria sem elevar impostos, ampliando a base de cobrança e cobrando de quem não paga. Explicou que o índice de ICMS caiu de 30% para 21%, e há esforços conjuntos com o Estado para revisão. O vereador Marcos Combate reforçou a necessidade de atuação da PGM e da



PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO – RO
GERÊNCIA DAS COMISSÕES

Controladoria, cobrando medidas efetivas de cobrança da dívida ativa, especialmente de empresas inadimplentes. O secretário Pacífico respondeu que há um processo de saneamento da dívida ativa em curso, devido à existência de dados incompletos que dificultam a execução da cobrança. Diante da insatisfação com o nível de detalhamento das informações, o vereador Adriano Gomes propôs a suspensão da audiência pública, com retomada agendada para segunda-feira dia 29 de setembro de 2025, às 11h00 (onze horas), solicitando que sejam apresentados dados mais detalhados, especialmente sobre os recursos oriundos das usinas hidrelétricas. O secretário Pacífico ponderou que o relatório segue modelo tradicional, e que as informações adicionais podem ser solicitadas. Ressaltou que os dados apresentados também estão disponíveis no Portal da Transparência. O vereador Marcos Combate discordou, afirmando que as informações no portal são genéricas, e que o Legislativo precisa de dados precisos e transparentes. O secretário Luiz Henrique explicou que o objetivo da audiência é avaliar as metas fiscais e execução orçamentária, conforme definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e que questões de gestão devem ser requeridas à parte, com base nos demonstrativos apresentados. Não havendo mais deliberações, o vereador Adriano Gomes declarou suspensa a audiência pública, com retorno previsto para segunda-feira dia 29 de setembro de 2025, às 11h00 (onze horas), reiterando o pedido de apresentação detalhada sobre a aplicação dos recursos oriundos das usinas hidrelétricas.

Gerência das Comissões, 26 de setembro de 2025.

Vereador Adriano Gomes
Presidente/CPFAEO/2025



Assinado por **Adriano Da Silva Gomes** - Vereador - Em: 23/10/2025, 12:43:19